

QUALIDADE E DIFERENCIAÇÃO EM TORNO DO CAFÉ: MODELOS EM CONCORRÊNCIA

Paulo Eduardo MORUZZI MARQUES¹, E-mail: pmarques@esalq.usp.br; Miguel Ângelo da SILVEIRA², E-mail: miguel@cnpma.embrapa.br; Dalcio CARON³, E-mail: dalcaron@esalq.usp.br

¹ Prof. Dr. Departamento de Economia Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. DEAS/ESALQ/USP. Piracicaba, SP; ² Pesquisador Dr. Embrapa Meio Ambiente. Jaguariúna, SP; ³ Prof. Dr. Departamento de Economia Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. DEAS/ESALQ/USP. Piracicaba, SP.

Resumo:

O objetivo deste trabalho consiste em discutir dois enfoques divergentes em torno da cafeicultura com vistas a fornecer elementos de análise para uma pesquisa acerca das dinâmicas territoriais, agricultura e sociedade. Cada vez mais, oportunidades se desenham para uma revalorização da cafeicultura, particularmente em sintonia com as idéias de fortalecer a agricultura familiar, de promover as dinâmicas territoriais e de preservar o meio ambiente. Porém, estas oportunidades concorrem com um modelo dominante de conceber os sistemas agro-alimentares no Brasil, no qual a agricultura consiste apenas em suporte para a produção de *commodities* indiferenciadas, baratas e abundantes.

Palavras-chave: cafeicultura familiar, dinâmicas territoriais, certificação de produtos alimentares, comércio justo e solidário, multifuncionalidade da agricultura.

QUALITY AND DIFERENCIATION ON COFFEE: MODELS IN CONCURRENCE

Abstract:

This paper aims to argue two divergent focuses concerning coffee production in order to provide analysis elements for one research that deals to territorial dynamics, agriculture and society. More and more new opportunities have been conceived to reevaluate coffee production, particularly in harmony with the ideas of strengthening family agriculture, promote territorial dynamics and environmental preservation. However, in Brazil, these opportunities strive against a dominant model of conceiving agrofood systems, in which agriculture consists only in support to the production of abundant, cheap and undifferentiated commodities.

Key words: coffee family production, territorial dynamics, food certification, fair trade labeling, agriculture multifunctionality.

Introdução

Efetivamente, a análise da modernização da agricultura revela uma diretriz quase exclusiva, aquela voltada ao aumento da produção e da produtividade. Paralelamente, observa-se o reforço do poder da indústria agroalimentar em impor seus critérios de qualidade dos alimentos, associados às suas marcas comerciais. Estas dinâmicas fornecem as bases sobre as quais se pode delinear um modo de concepção da agricultura, cujo papel, nesta perspectiva, é banal. Apesar da abundância da produção alimentar com custo relativamente baixo, esta banalidade da agricultura, com reflexos em torno da qualidade alimentar, preservação ambiental, ordenamento territorial e coesão do tecido social, preocupa profundamente muitos analistas e especialistas implicados na gestão dos sistemas agro-alimentares, além de implicar em desconfiças crescentes nos consumidores-cidadãos.

Em oposição à concepção que negligencia a agricultura, diversas tendências recentes favorecem um outro olhar para a agricultura, notadamente relacionando à qualidade dos produtos alimentares e às especificidades territoriais, além de considerar as formas de produção e seus impactos socioambientais. Em termos de políticas públicas, a emergência recente da categoria “território” favorece igualmente o debate e a construção de significados e estratégias com vistas a valorizar a atividade agricultura em todas as suas dimensões.

Em particular, a perspectiva de valorização dos territórios reforça a idéia segundo a qual os agricultores familiares devam ser protagonistas de iniciativas visando aspectos qualitativos do desenvolvimento, no qual a eficácia econômica caminha ao lado da conservação da biodiversidade, da qualidade alimentar, do equilíbrio territorial e da coesão social.

Convém ainda mencionar que a elaboração deste texto procurou, em grande medida, dialogar com as idéias do livro *A agricultura em busca de seus futuros*, cujo título sugere que o momento atual requer escolhas (Lacombe, 2002). Efetivamente, esta reflexão procurou desenvolver argumentos para a interpretação da realidade em torno da cafeicultura brasileira, com vistas notadamente a fornecer marcos referenciais para a investigação que se realiza no sul de Minas Gerais, no quadro da “Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil”. Esta

última se realiza no âmbito de uma equipe de pesquisadores, cujo produto principal é o livro *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar* (Carneiro e Maluf, 2003).

Aspectos metodológicos

A investigação mencionada acima tem como estratégia obter um amplo quadro das representações sobre a agricultura, território, desenvolvimento e meio-ambiente dos atores locais, sobretudo aqueles implicados de uma maneira ou de outra na cafeicultura. Este tipo de abordagem iniciou-se em agosto de 2006, desde quando são identificados os principais projetos coletivos e iniciativas fragmentadas com repercussão nas dinâmicas territoriais, considerando particularmente aqui os aspectos demográfico-sociais, econômicos, ambientais, histórico-culturais e espaciais.

Nesta abordagem, as dinâmicas territoriais são consideradas a partir principalmente do tipo de lógicas que as orienta, lógicas associadas, sobretudo, a quatro grupos de vetores de tais dinâmicas, a saber: projetos coletivos, iniciativas de empresas privadas e públicas, ações dispersas e políticas públicas.

As idéias que são desenvolvidas mais abaixo permitem apontar diferentes perspectivas que fundamentam discursos, práticas e projetos dos distintos atores considerados neste estudo. Nesta linha, pretende-se identificar os pressupostos que orientam as dinâmicas territoriais em suas múltiplas dimensões.

Discussão e resultados preliminares: O lugar da cafeicultura em dois modelos de qualidade

Qualidade, marcas comerciais e concepção industrial

A competitividade do setor agrícola constitui o objetivo recorrente de discursos e práticas em torno do agro-negócio. Nesta linha, a liberalização econômica em escala internacional permite que a agricultura seja regulada unicamente pela lei da oferta e da demanda. Neste cenário de completa retirada dos entraves ao livre comércio, as exportações agrícolas de *commodities* se multiplicariam, lógica que se justificaria pelo pressuposto de que os consumidores alcançariam grandes vantagens em razão da queda constante de preços. As firmas agroindustriais e as grandes redes de supermercados consolidam-se como atores que definem as regras do jogo, com campo livre para impor sua concepção de qualidade. Seus poderosos instrumentos de comunicação publicitária tornam suas marcas comerciais referência praticamente exclusiva para as escolhas dos consumidores.

Apesar de uma grande gama de produtos, estas empresas mostram fundamentalmente interesse, todavia, por uma matéria prima uniforme, com características as mais controláveis possíveis. A eficácia técnica da cadeia de transformação depende de uma “**diferenciação tardia**” dos produtos. Esta última permite reduzir estoques, prazos, horizontes de previsão, as oscilações da demanda, aumentando a produtividade dos sistemas. Tal lógica requer que a matéria prima alimentar tenha preços muito reduzidos e seja totalmente adaptada à produção industrial, num quadro no qual os processos de produção agrícola são padronizados a fim de reduzir ao máximo os custos de produção. O papel da agricultura se resume, assim, na oferta massiva e constante de produtos homogêneos e baratos.

Nesta ótica, a proveniência e a forma de produzir não constituem critérios pertinentes para a definição da qualidade, pois é a marca comercial das grandes empresas agro-industriais e da grande distribuição que guiam as escolhas dos consumidores. O panorama em questão é muito desfavorável à agricultura familiar, à salvaguarda da biodiversidade tropical, à dinamização dos territórios rurais e aos esforços com vista a uma oferta agrícola de qualidade superior em termos alimentares.

No caso da cafeicultura, estas lógicas se associam aos produtos indiferenciados, cujo lugar no mercado é ocupado quase que exclusivamente pelo baixo preço. As tendências do consumo de café nos países importadores mostram uma recusa crescente a este modelo, o fenômeno das certificações evidenciando a procura por outros referenciais de qualidade no lugar daqueles oferecidos unicamente pelas marcas comerciais.

Qualidade e a territorialização da agricultura

A questão territorial favorece uma outra leitura dos problemas agrícolas e rurais. No lugar de impulsionar lógicas produtivistas, trata-se de reorientar o desenvolvimento considerando fatores sociais, culturais e naturais, articulados com o objetivo de valorizar as particularidades dos territórios. A cafeicultura brasileira apresenta experiências que podem alçá-la ao pioneirismo em termos da conciliação da produção agrícola com as vocações territoriais, nas quais dimensões tais como as identidades culturais, as iniciativas sociais, as aptidões ecológicas e as ações ambientalistas passam a ser reconhecidas como essenciais.

Este modelo contrasta em grande medida com os eixos que orientam a pesquisa agropecuária, a assistência técnica e as políticas agrícolas na medida em que estas últimas se fundamentam na idéia de homogeneizar os métodos de produção sobre todos os territórios. No caso de reorientação por lógicas territoriais, trata-se de direcionar esforços para a emergência e a

valorização das especificidades locais. Nesta ordem de idéias, a concepção da qualidade repousa na adaptação ecológica, na tipicidade, na diversidade, na originalidade e nos benefícios sócio-ambientais dos produtos e serviços.

Estas dimensões se associam a uma série de idéias forjadas, sobretudo, no debate em torno da noção de desenvolvimento sustentável. Seu impacto sobre a percepção coletiva e escolhas individuais ganha proporções não negligenciáveis. Nestas circunstâncias, passa a ser objeto de reflexão e debate o lugar da agricultura no que se refere à qualidade dos alimentos, à saúde, aos estilos de vida, às culturas locais, ao equilíbrio dos tecidos sociais e à preservação dos recursos naturais.

Portanto, é pertinente se interrogar em que medida ganhará terreno uma representação social sobre qualidade de vida cuja essência consiste em sua harmonia com a preservação dos sistemas naturais, com saúde física e mental, com alimentação saudável e com coesão social. Nesta linha, a agricultura e o espaço rural podem ser vistos como esferas que devem se reorientar para oferecer meios para tal novo estilo de vida. Oportuno assinalar que esta representação sobre a qualidade de vida favorece, em grande medida, o reconhecimento da agricultura familiar como forma de produção capaz de responder a um amplo leque de expectativas ambientais, sociais e culturais.

Uma experiência no âmbito de uma abordagem territorial sobre qualidade em cafeicultura

De toda evidência, a cafeicultura brasileira tem apresentado respostas a estas novas demandas por produtos associados à representação de qualidade destacada acima. A título de ilustração, convém realçar os projetos em torno da Associação dos Pequenos Agricultores de Poço Fundo e Região (Coopfam), talvez a referência mais importante na oferta mundial de café orgânico *Fair Trade* vinda do Brasil (Silveira, Caron, Moruzzi Marques e Iamamoto, 2006).

O município no qual a sede da Coopfam está instalada, Poço Fundo, localiza-se no sul de Minas Gerais, distante 395 km de Belo Horizonte, 455 km do Rio de Janeiro, 275 km de São Paulo e 1.110 km de Brasília. Com área de 475 km², clima tropical-temperado, temperatura média anual de 20°C e altitude máxima de 1435 m, Poço Fundo é uma típica cidade sul mineira, considerada atrativa para aqueles que, por exemplo, procuram desfrutar um contato com a natureza, ao lado de belas cachoeiras.

Distrito de Machado até 1923, Poço Fundo possuía, em 2000 de acordo com o IBGE (2007), uma população de 15.148 habitantes, 44,5% dela vivendo no meio rural. De acordo com o censo agropecuário, o município possui 1.698 estabelecimentos agrícolas, dos quais 1461 unidades são consideradas familiares (81%).

Desde 1997, a Coopfam vem passando por processos de certificação solidária por intermédio da Max Havelaar e orgânica pela Associação de Agricultura Orgânica do Brasil - AAO. Atualmente, a Coopfam possui dois certificados: da BCS Öko-Garantie, entidade orgânica reconhecida internacionalmente e o da Fair Trade Labeling Organization – FLO. Segundo Sérgio Pedini (2005), trata-se de uma experiência de produção e comercialização certificada de café, que rompe com a dependência da cafeicultura familiar com os canais tradicionais, cujas lógicas a exclui e expropria.

De fato, um sentido maior do comércio justo e solidário reside na possibilidade de obter uma remuneração importante do trabalho realizado pelo agricultor e sua família. Ademais, as cartas de intenção em torno do comércio justo e solidário evocam igualmente a idéia de garantir o respeito aos direitos fundamentais dos seres humanos, de favorecer a preservação ambiental e de oferecer aos consumidores produtos de qualidade reconhecida.

Em Machado, oportuno observar que, em 2000, realizou-se a primeira Conferência Internacional sobre Mercado Justo e Café. Nesta ocasião, um episódio inusitado despertou particularmente a atenção dos atores locais: um grupo de japoneses desejou conhecer a produção do café orgânico que consumia, o que reforçou ainda mais uma percepção favorável ao engajamento no processo (Pedini, 2005)

Neste cenário, há um interesse crescente pelas certificações, inclusive aquelas de indicação geográfica de qualidade. Este é o quadro no qual pretende-se desenvolver a pesquisa mencionada inicialmente, cujos objetivos se inscrevem na análise de processos sociais em torno da qualidade de produtos diferenciados da agricultura familiar e em torno do desenvolvimento territorial.

Box 1

Principais características da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam)

O estímulo da Pastoral da Terra constitui um aspecto primordial para o início de uma reflexão coletiva sobre a cafeicultura orgânica.

Os cooperados são exclusivamente considerados como agricultores familiares.

A principal atividade é a comercialização de café orgânico e sem agrotóxico (Sat) produzido pelos agricultores cooperados.

A abrangência da cooperativa é regional (Poço Fundo, Natércia, Andradas e Campestre, MG).

Oito Núcleos de Bairros formam um eixo da organização, no qual se desenvolvem discussões sobre técnicas, troca de experiências, repasse de informações, recepção da produção, beneficiamento, embalagem, criação e administração de canais de comercialização.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar constitui o programa mais importante de financiamento da produção dos cooperados.

A produção da cooperativa transita pela Exprinsul (Exportadora Princesa do Sul) em Varginha, MG, que também é certificada *Fair trade* e atende mercados dos EUA, Inglaterra, Itália e Dinamarca.

Conclusões

Concepções sobre a qualidade de vida forjadas no debate sobre a sustentabilidade social e ambiental fornecem novos elementos para as escolhas de produtos e serviços, notadamente no campo da agricultura. Trata-se de uma disposição favorável a uma gestão social e ambiental sustentável, cujos aspectos fundamentais consistem em reforçar atividades geradoras de renda e ocupação para a agricultura familiar acompanhadas de iniciativas que notadamente respeitem a natureza, garantam qualidade alimentar e permitam uma dinamização territorial.

A cafeicultura brasileira já apresenta respostas a estas novas demandas em torno da qualidade dos produtos alimentares. Todavia, estas dinâmicas deparam com um modelo convencional de conceber a agricultura, que poderia, em rápidas linhas, ser identificado como produtivista/industrial.

Referências Bibliográficas

LACOMBE, Philippe (2002). *L'agriculture à la recherche de ses futurs*, Paris: éditions de l'Aube e Datar.

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato [org.] (2003), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro: Mauad.

IBGE. *IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 7 mar 07.

PEDINI, Sergio (2005). "Certificação e comercialização de cafés da agricultura familiar". *Informe Agropecuário*, Edição especial, Belo Horizonte, v. 26, p. 118-124.

SILVEIRA, Miguel Angelo da; CARON, Dalcio; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e IAMAMOTO, André Toshio V. "Análise da multifuncionalidade e desenvolvimento territorial em áreas de cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais", *VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural*, Quito, Equador, 2006.